

como Tancredo queria.

tério da Fazenda, seguem a linha básica traçada pelo presidente falecido.

O governo quer incluir mais uma cláusula na renegociação da dívida externa com os bancos, prevendo que, na hipótese de problemas externos, como nova elevação dos juros receberá uma "facilidade especial" na forma de créditos compensatórios. A informação foi dada ontem no Banco Central, ao mesmo tempo em que o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital, deixava claro que o ministro Francisco Dornelles pretende mandar a renegociação, sem enfrentar contestações de qualquer espécie:

— Não existem divergências — disse Vital ao ser indagado sobre as notícias da existência de discordâncias dentro do próprio governo. “Existe uma posição única do País e que já está sendo definida pelo ministro Dornelles, nomeado pelo presidente José Sarney coordenador-geral das negociações com o FMI e os bancos. As pessoas com posições contrárias não estão no governo, mas sim fora dele.”

No entanto, o ministro do Planejamento, João Sayad, vem defendendo uma negociação mais dura com os bancos, de modo a impedir que o País continue na insustentável posição de exportador líquido de recursos, isto é, mandando para o Exterior mais recursos do que recebe.

Na semana passada, Sayad lembrou que a redução do déficit público não depende apenas da contenção das despesas do governo, mas também passa por uma redefinição das contas externas. “Vários são os esquemas de renegociação possíveis. Importa, entretanto, obter uma redução expressiva dos encargos financeiros. Qualquer redução ou na taxa externa de juros ou nos spreads (taxas de risco) ou fees (comissões) cobradas pelos credores abre espaço para a redução da taxa interna de juros. Cada redução de um ponto percentual nos encargos financeiros da dívida externa propicia ao governo uma economia direta de Cr\$ 6 trilhões, equivalente ao déficit da Previdência ou do subsídio ao trigo.”

Além disso, Sayad acha que o País só deve continuar pagando os

juros reais da dívida, isto é, os juros nominais menos a inflação norte-americana; a “correção monetária” da dívida seria acumulada como saldo devedor. Com base nisso, o ministro é favorável a que os bancos emprestem US\$ 4 bilhões este ano, que corresponderiam à inflação dos EUA de 4% no ano passado sobre a dívida de US\$ 100 bilhões.

Ainda de acordo com este raciocínio, se considerada a inflação mundial, os bancos, ao fazerem estes empréstimos, não estariam aumentando o seu grau de risco no país, e, ao mesmo tempo, estariam dando sua contribuição para a rolagem da dívida até que se encontre a melhor solução.

De qualquer modo, estas propostas ainda não parecem ter encontrado o apoio do ministro Francisco Dornelles, até agora aparentemente propenso a prosseguir as negociações aproximadamente nos mesmos moldes do governo anterior.

Mesmo assim, algumas coisas mudaram. Por exemplo, segundo informações do Banco Central, o governo resolveu não aceitar as pressões dos banqueiros para incluir nos contratos uma cláusula pela qual se comprometeria a não alterar no futuro a sua política em relação aos créditos internos. Também os auditores do FMI não terão mais acesso ao Palácio do Planalto ou a ministros de Estado, a não ser “em visitas de cortesia”.

Critérios

Ontem, o secretário-geral da Fazenda, Sebastião Vital, disse que os critérios de renegociação são os fixados pela carta de compromisso que criou a Aliança Democrática; pelo discurso de Tancredo Neves, lido pelo presidente José Sarney na primeira reunião ministerial da Nova República, em 17 de março passado; e pelo pronunciamento do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, na Câmara dos Deputados, no último dia 8 de maio.

Vital também é o coordenador da comissão de negociação que, a partir de segunda-feira, iniciará uma série de reuniões, em Brasília, com a primeira missão oficial de

técnicos do FMI que vem ao País no atual governo.

Ressaltou que os tópicos contidos nestes documentos serão encarados como princípios que não poderão ser desconsiderados nas negociações que começarão segunda-feira, com o objetivo de preparar a oitava carta de intenções a ser entregue ao Fundo. O coordenador da Comissão de Negociação citou alguns destes tópicos: retomada do crescimento econômico, combate rígido à inflação, redução do déficit público e o aumento do nível de emprego. No entanto, salientou que estas metas são “nossas e não deles”:

— Vamos combater a inflação, o déficit público, buscar o equilíbrio das contas externas e resolver outros problemas porque queremos, e não porque sejam metas impostas pelo FMI. Isso é muito importante que a opinião pública entenda.

O programa das reuniões com os técnicos do Fundo também já está definido, informou Vital. Na segunda e terça-feira serão definidos os conceitos técnicos a serem utilizados na carta de intenções. Ou seja, o governo terá de chegar a um acordo com o FMI para definir déficit público, crédito interno líquido e reservas cambiais. Nos outros dias, começarão as discussões em torno das metas da carta de intenções. Essas distensões não têm prazo para terminar, revelou Vital.

Ele explicou porque o ministro Francisco Dornelles constituiu uma comissão de negociação: “O Brasil negociará a nível técnico com a comissão, por isso destacou técnicos seus para as reuniões. É uma simples questão de hierarquia. O ministro Dornelles só se sentará com Jacques de Larosière, diretor-gerente do FMI”.

O coordenador da comissão será o próprio Vital, a quem ficarão subordinados mais 15 técnicos do Ministério da Fazenda, do Planejamento e do Banco Central, divididos em três grupos distintos e que não terão chefias. “Houve certa confusão por parte da imprensa sobre a composição da comissão e de seu fluxo de trabalho.”

A dívida, negociada

Os parâmetros da negociação com o FMI, divulgados pelo Míni-